

REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 88-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: Taha-Lisboa • Telefone 5389 O.
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

49 PESSOAS SEM ABRIGO?

PLANEIA-SE NOVO CRIME!

Um senhorio, coadjuvado pelas autoridades, vai pôr hoje em prática a pretendida façanha?

Encontrámo-nos no Alto do Pina, perto da estrada poeirenta do Alto de S. João, estraçalhada. Foi ontem talvez o primeiro dia de calor deste ano. Descemos juntos a rua do Sol na direcção de Chelas. A rua do Sol não é uma rua, é uma azinhalha, ladeada até meio de muros altos, mergulhada numa sombra fresca e agradável.

Não alto, quasi sobre as nossas cabeças, ciprestes aguçados, emergindo de um muro musgoso, recordam-se no céu; jazigos brancos de estilos ingénuos, aparecem entre a confusão de sombras azuladas e transparentes. Deixámos de descer, em determinado ponto da estrada, que se transforma numa ladeira íngreme; o cemitério fica para trás e a paisagem alarga-se esplendorosa, cheia de verdes, de verdes de oliveiras, verdes frescos de relva húmida, de raleiros azuis e prateados das couves, que nas hortas bem amanhadas esperam a mão que as colha e o coque-forte que guarde o produto exagerado da sua venda. Ao fundo, como naqueles postais de propaganda de turismo estrangeiro, surge o Tejo azul e quando como um lago suco, emoldurado na serra da Arrábida, nebulosa e distante.

— Já estamos em Chelas. Aqui e acolá aparecem, entre a verdura, casas brancas cobertas de telha vã.

— Tudo isto é habitado por gente pobre — diz-nos um dos nossos guias. Se um dia desse uma bota por aqui, encontrava muita miséria.

Fomos seguindo até à avenida de Chelas, que também não é uma avenida, mas uma simples rua larga, ornada de casaria banal.

Entrámos um portão de uma quinta. Dum lado ergue-se um edifício com arremedos de palácio; do outro, algumas casas térreas, toscas e escuras.

— Eis a quinta da Conceição — disse o camarada que nos acompanhava.

Como se despede uma família — Cinco pessoas em dois cubículos — Dispostos a suportar obras...

Escusado será dizer-se que o palácio está desabitado, embora os compartimentos sejam amplos, claros e alegres. O rez-do-chão onde morava Maria das Dores, com mais quatro pessoas de família, está abandonado também. Há cerca de quinze dias, apareceram lá os senhores da justiça intimando-os a sair e nesse mesmo dia os móveis foram postos na rua. Nem um dia sequer para procurar outra casa em Chelas.

Facilitaram-nos a entrada em casa de António Baltazar. É uma habitação térrea, com dois compartimentos. Não tem forro; as telhas aparecem na sua nudez sobre grandes barrotes; as paredes sujas não tem estuque nem cores que se pareça. Há cocheiras muito mais higiénicas e amplas.

— Quantas pessoas vivem nestes dois cubículos? — perguntámos.

— Cinco! — respondeu-nos António Baltazar. Sou eu, meu marido e três filhos.

— E a senhora está disposta a sair daqui?

Antónia Baltazar começou logo a lamentar a sua vida miserável.

— Mas para onde hei-de ir eu? Tenho que ficar na rua com o marido e com os filhos. E depois nem sequer nos exigiram aumento; querem só pôr-nos na rua.

Se eles querem fazer obras que as façam; nós não nos importamos de suportá-las, até as agredemos, porque as casas bem precisadas estão. Agora, mandaram-nos sair assim sem mais nem mais!... Para onde havíamos nós de ir?

E lamentava-se, coitada, chorando quasi.

Como o dinheiro endurece o coração aos homens, pensávamos para nós mesmos.

Para onde há de ir a pobre gente?

O conflito teve a origem habitual: atraso de rendas. Intimidados a sair hoje...

Leonel Franco, um dos camaradas que nos acompanhava, é também morador na referida quinta.

— Quer ver agora a minha casa? — inquiriu ele.

E levou-nos a uma outra habitação um pouco melhor, constituída por uma divisão, que Franco subdividiu formando três compartimentos de madeira.

Leonel Franco não pode conformar-se com a ordem de despejo recebida. A sua companheira, que deu à luz na segunda-feira passada uma criança, encontra-se ainda de cama. Seria uma barbaridade de péssimas consequências obrigá-la a levantar-se. Era um crime tremendo. Contando com o recém-nascido, vivem naquela habitação sete pessoas. E muito para uma casa tão pequena, mas vale mais um só compartimento do que nenhum.

Aquele nosso camarada relatou-nos mais ou menos a história do conflito.

— Esta propriedade, bem como a horta, que já vamos visitar, pertencia a dois indivíduos. Houve entres eles uma questão, que meteu tritos, o diabo e o caso foi entregue à justiça enquanto se não resolvesse. As rendas passaram então a ser recebidas por um procurador. Há

cerca de dois meses parece que a questão ficou definitivamente arrumada. Foi nessa altura que o procurador se recusou a receber as rendas, dizendo que não deixámos estar, que viriam cá receber as rendas.

— E agora?

— Vieram intimar-nos a cair até ao dia dezasseis.

— Saem?

— Veremos...

E metemos silenciosamente pernas a caminho da horta.

Em vez de torturar os inquilinos, poderia o senhorio mandar cultivar a horta

A tal horta há cerca de um ano que não é cultivada. Desde que a justiça tomou conta da questão que não se lançou nem mais uma semente à terra. A horta, segundo nos disseram, é fértil. E o senhorio, que tem apressado foi em emburrar com os inquilinos, poderia empregar o seu tempo mandando cultivar a terra.

Para o interior da quinta há mais habitações. Fomos até lá acima, calculando a berra brava e viçosa que cresce por todos os lados exuberantemente.

Esquecemos, por momentos, as agruras da vida, ao contemplar a Natureza. O sol fulgurante, o horizonte claro cheio de luz, a verdura fresca, o aquecimento da quinta, casaria, toseca, debruçada de verde e das plantas parasitárias crescendo nos telhados, velhos, formavam um quadro encantador. Pensámos, por alguns instantes, na alegria de viver, sentimos que o sangue nos corria nas veias mais impetuosamente.

Chamámos à realidade um indivíduo que a porta de uma das casas funcionava umas botas, cósido-lhe as solas. Era Luís José Ferreira, manipulador de calçado, que correspondeu imediatamente ao nosso cumprimento.

— Então — perguntámos-lhe — já arranjou casa para morar?

— Casa? — respondeu ele, com um sorriso triste — isso era preciso que houvesse alguma para alugar.

— Mas, como sabe, amanhã veem cá pôr-lhe os móveis na rua.

— É possível... mas...

— Mas que?

— Talvez as cousas não corram como eles pensam. Veremos, veremos...

Que os governantes não permitam que o ignóbil projecto vá para diante!

É hoje que o crime se deve praticar, se se praticar. São quarenta e nove pessoas que estão prestes a ser lançadas violentamente à rua, como quem exorta cães raivosos para longe do povoado. Não pode o caso passar sem o nosso protesto; não podemos também deixar de relatar sucintamente o caso para que os que superintendem nestes assuntos não aleguem ignorância. São autoridades da república que, às ordens de um qualquer senhorio sem escrúpulos, vão levar a cabo uma autêntica infâmia. Admiramos que haja autoridades que se prestem a tal papel, que se submetam sem um protesto, sem o mais leve remorso, aos asquerosos desejos de um criminoso.

No Convento das Bernardas conseguiram-se evitar um crime tremendo, uma injustiça sem nome. É preciso que hoje, com consentimento do governo, no outro ponto da cidade, crime idêntico ao que estava projectado para os habitantes do Convento se não pratique na pessoa dos que moram na Quinta da Conceição, em Chelas.

O governo que põe a mão sobre a estes maneios torpes, porque os ânimos estão exaltados, porque a paciência vai faltando, para que não seja necessário que os inquilinos se levantem todos e bradem bem alto ante os ministérios, num clamor formidável: BASTA!

As perseguições em Espanha

A Associação dos Trabalhadores Rurais de Benavente, na sua sessão magna de 15 do corrente, votou por unanimidade a seguinte moção:

«Os trabalhadores rurais de Benavente protestam energicamente contra os atentados e barbarismos que as autoridades espanholas praticam sobre os operários conscientes do país vizinho.»

A sessão profissional dos carpinteiros do S. U. da Construção Civil, na última assembleia geral, aprovou um protesto contra as perseguições que a Espanha reaccionária está movendo nas camaradas daquele país.

Partido Comunista

Reuniu ontem, pela primeira vez, a Junta Nacional, intertendo-se acerca dos trabalhos de escrita, e de diferente expediente.

Depois de amanhã volta a reunir, pelas 21 horas prefixas.

AMANHÃ:

A actual política britânica

Artigo de HAMON

Número de 4 páginas

Amanhã, no Ginásio

Festa dedicada à "BATALHA,"

A's 18 horas será colocado na nossa redacção o retrato de Neno Vasco

Estamos certos que a festa que um grupo de dedicados amigos de A Batalha promove amanhã, no elegante teatro do Ginásio, em honra deste jornal, marcará mais uma data de grates recordações para todos quantos tenham o prazer de assistir à mesma festa, que está despertando vivo e justificado interesse.

Pelo programa que ontem publicamos verificará o leitor que os três números que constituem o espectáculo são, todos eles, muito atraentes. Repetimos hoje esse programa, que a comissão organizadora elaborou a capricho:

1.ª PARTE

Conferência pelo camarada Cristiano de Carvalho, do Porto.

2.ª PARTE

Poesia, de Manuel Ribeiro, recitada pelo actor Joaquim de Oliveira, da companhia do Ginásio.

3.ª PARTE

Cobardias, peça de tese, em dois actos, em que tomarão parte, além do distinto actor Alves da Cunha, as principais figuras do teatro do Ginásio.

A comissão organizadora da festa já tem em seu poder algumas bandeiras de sindicatos, mas lembra no entanto aos que ainda não as trouxeram, mesmo aqueles que não tem camarote, o obsequio de as trazer hoje, das 21 às 23 horas, e esta redacção, a fim de se ornar o teatro.

A inauguração do retrato de Neno Vasco

O nosso prezado camarada Adolfo Nunes, distinto profissional fotógrafo, que é ao mesmo tempo um dos mais dedicados elementos da Associação dos Empregados de Fotografia, fez uma ampliação, em tamanho natural, do retrato do nosso extinto camarada Neno Vasco, um dos mais brilhantes colaboradores que A Batalha tem possuído, fotografia para a qual dois outros profissionais distintos fizeram gratuitamente uma bela moldura.

Será essa fotografia colocada amanhã, pelas 18 horas, na redacção de A Batalha, convidando-se por este meio os amigos de Neno Vasco e os representantes dos organismos e jornais operários a assistir ao acto, que será simples como sempre foi através de toda a sua vida o nosso desditado amigo, apesar de ter sido uma das maiores mentalidades com que tem contado a propaganda libertária.

A GREVE DOS

Trabalhadores dos jornais

O conflito mantém-se firme

A despeito da longa duração do movimento dos trabalhadores de jornais, este mantém-se com a mesma fé dos primeiros dias, os compositores estritamente ligados aos jornalistas, distribuidores de jornais e pessoal de estereotipia e de máquinas, com evidente contrariedade dos industriais do jornalismo. É que os últimos, apesar de contarem com os soldados e polícias tipográficos que lhes foram fornecidos pelo sr. Liberato Pinto, e que o sr. Bernardino ainda não mandou recolher a quartéis, não tem logrado levar a vendida de grévistas, que tendo resistido muito, preparados estão para resistir tanto tempo quanto seja mister, para que os referidos industriais do jornalismo se capacitem de que não há possibilidade de solução para o conflito sem que essa solução seja encontrada por intermédio da comissão executiva da greve e dos representantes da parte operária.

Devem estar convencidos os industriais do jornalismo que os grévistas não se deixarão já agora intimidar com a saída de quatro espécies de jornais que os mesmos industriais estão fazendo sair, com muito esforço, ao princípio da tarde, enquanto a edição matutina de A Imprensa de Lisboa aparece ao romper da manhã, como é próprio.

Se não estão capacitados os maneiras das empresas de que os grévistas estão no mesmo estado de espírito em que estavam ao lançar-se na luta, continuam a proclamar a solução do conflito, que se é certo que os trabalhadores de jornais com isso fazem sacrifícios, sacrificios realizados com muitíssimo menos fé e com mais realização as empresas, só para manterem um capricho sensivelmente dispendioso...

Os grévistas reúnem hoje em assembleia magna

Hoje, às 15 horas, na Associação dos Caixeiros, Rua António Maria Cardoso, 20, 1.º, reúnem os grévistas em assembleia magna, a convite da sua comissão executiva.

Uma hora antes reunirá a comissão no local do costume para assunto importante.

Tipógrafos do Algarve

A Liga das Artes Gráficas do Algarve acaba de enviar uma circular aos tipógrafos daquela província pondo-os de sobreaviso contra os maneios das empresas jornalísticas que, com falsas promessas de mirabolantes regalias, pretendem aliar tipógrafos de fora de Lisboa. A Liga lembra a solidariedade devida aos camaradas em greve e recomenda a todos os tipógrafos algarvios o cumprimento do seu dever.

NOVAS DO ORIENTE

A rebelião de Cronstadt

(DA AGENCIA «ROSTA WIEN»)

Os marinheiros contra-revolucionários descontentes?

Fugitivos de Cronstadt contam que os rebeldes esperam com ansiedade a execução das medidas ordenadas pelo governo soviético. O moral dos amotinados baixa consideravelmente, pois julgam não poder prolongar a resistência. O comité contra-revolucionário vê-se bastante atrapalhado para impedir que os marinheiros desertem em massa.

Prolonga-se por um dia o prazo de rendição

O Petrogradskiia Pravda escreve: «O governo soviético prolongou por um dia o prazo concedido aos rebeldes de Cronstadt para se renderem às autoridades soviéticas. Fazendo isto, o governo soviético não agiu no interesse dos generalistas e seus cúmplices, os socialistas revolucionários, que fizeram todo o possível para provocar um conflito sangrento, seguros de depois fugirem para a Finlândia, mas no interesse dos marinheiros honestos, vítimas das mentiras contra-revolucionárias. Não se deseja retirar aos marinheiros a facilidade de se arrendarem e de repararem os seus erros. Mas os espíritos e os agentes provocadores devem ser punidos como merecem.»

Um apelo aos soldados vermelhos

Os soldados vermelhos do front dirigidos...

CONSELHO JURÍDICO DA C. G. T.

Dois julgamentos

Realizou-se nos dias 10 e 11 do corrente, em Portimão, o julgamento de três camaradas da construção civil da qual fazia parte, João Pereira, José Próspero e Domingos da Silva Leonor, que eram acusados de haverem ofendido corporalmente, a cavalo marinho, de noite, de emboscada e com premeditação, um outro operário da construção civil que, como outros, naquela terra tem iludido a lei das 8 horas de trabalho fazendo serões e trabalhando em serviços da indústria que não são próprios das suas profissões — ajudando assim também, por vezes, a que se accentue a crise de trabalho, que muitos atravessam.

Passou, no dia 15 do mês anterior, o seu segundo aniversário o jornal A Batalha, órgão da C. G. T., estremo e dedicado ao trabalho de emancipação humana.

Curia é ainda a sua existência, mas grande tem sido o seu serviço à causa dos humildes e da defesa dos que, por terem trabalhado e oprimidos, são vítimas de perseguições. A sua existência está, por isso, bem demarcada nas suas colunas e, também, no espírito dos que sentem as ideias da solidariedade humana. Pena é que a massa anónima que tudo produz em benefício colectivo e tudo sofre, com resignação, que lhe é infligido pela minoria dos lucros e da ganância, que a actual sociedade sustenta e mantém, o não tenha compreendido inteiramente como seria o nosso desejo.

Que o esquecimento passado não perdure e se não continue pondo de parte o defensor de todos os que trabalham e dos princípios de emancipação humana.

Curia é ainda a sua existência, mas grande tem sido o seu serviço à causa dos humildes e da defesa dos que, por terem trabalhado e oprimidos, são vítimas de perseguições. A sua existência está, por isso, bem demarcada nas suas colunas e, também, no espírito dos que sentem as ideias da solidariedade humana. Pena é que a massa anónima que tudo produz em benefício colectivo e tudo sofre, com resignação, que lhe é infligido pela minoria dos lucros e da ganância, que a actual sociedade sustenta e mantém, o não tenha compreendido inteiramente como seria o nosso desejo.

De nada valeu, porém, essa atmosfera nem a disposição jurídica — que mais parecia um agente do ministério público — porquanto a defesa foi tam bem conduzida a opinião pública manifestou-se tam claramente pejuando a multidão a sala do tribunal e dependências, que o juiz outra coisa não podia fazer — fazer: absolver todos os acusados.

O entusiasmo foi grande partindo do advogado para Lisboa nesse mesmo dia 11 no comboio da tarde.

Também na passada terça-feira, 15, responderam na Boa Hora (3.º distrito) 12 camaradas da construção civil de Parede e arredores acusados de dano e roubo — dano e roubo de géneros em virtude de assaltos feitos em 1917 a duas mercearias de Parede e Calçada.

Agua por uma multidão de cerca de quinhentas pessoas.

Dos acusados havia dois que estavam presos havia cerca de 14 meses por não terem podido afiançar-se. O julgamento que já fôra adiado uma vez por falta de testemunhas de acusação, esteve quasi a ser adiado novamente por falta de jurados, pois só compareceram sete. O advogado conseguiu, porém, que o juiz, atendendo aos réus presos, decidisse, conforme a lei lhe facultava, mandar constituir o júri com os sete jurados e mais três homens bons, realizando-se a seguir o julgamento.

Os réus foram todos absolvidos visto o júri ter dado como não provados os crimes de que os acusavam.

FUNCIONALISMO PUBLICO

Inicia hoje os seus trabalhos em Lisboa uma importante reunião magna

É hoje, às 11 horas, que na Associação de Classe dos Fabricantes de Armas, Campo de Santa Clara, 87, 1.º, se inicia a reunião dos empregados das administrações dos concelhos e bairros do país, encontrando-se já nesta cidade bastantes delegados da província.

A Associação dos Empregados do Estado convida por este meio as comissões de defesa de interesses de classes dos ministérios a assistirem a estas sessões.

A primeira sessão será aberta pelo secretário geral, Bernardo António de Sá.

Reúne hoje, pelas 20 e meia horas, o conselho de delegados a este organismo.

União dos Sindicatos Operários

Conselho de delegados

Reúne hoje, pelas 20 e meia horas, o conselho de delegados a este organismo.

DEBATE DE OPINIÕES

Os principios sindicalistas

Alijo assim a minha responsabilidade de ordem teórica porque a de ordem prática está aliada por sua natureza...

Onde nasceu o Direito jurídico? Na família. E como? Pela sugestão religiosa. Decorridos milhares de anos, quando o instinto sexual ministrou ao cérebro as primeiras noções do amor, tornando possível a constituição da família como grupo desagregável, o primeiro culto religioso desses seres humanos foi o dos deuses lares.

Então não existia nenhuma espécie de instituições sociais.

A família, tendo por abrigo as grutas naturais e por alimento as frutas e as caças, começou por cultivar este, afim de garantir os meios de subsistência; mas desconhecendo os processos artificiais dessa cultura confiava-a em absoluto à natureza.

Constituíram os seus rebanhos que guardavam cuidadosamente levando-os a pastar pelos campos desertos e, como não pôde porque as melhores pastagens eram sempre as preferidas mas também porque o consumo delas levava os pastores relativamente longe dos seus abrigos, os grupos encontraram-se, a disputa travou-se e começou a luta entre os homens, não pela posse da propriedade, porque não existia essa noção, mas pela aquisição do alimento. Foi esta a origem das guerras e essa causa, ampliada, perdurou por largos séculos.

Essa causa e outras aditadas às suas necessidades físicas como a procura de águas, a fuga às intempéries, etc., levaram as famílias a abandonarem sucessivamente os seus abrigos, a deslocarem-se, convergindo para os litórais.

Suficientemente fortes de físico para lutar arduamente pela vida, punham a sua correspondente força mental exclusivamente ao serviço do seu egoísmo, não cuidando de investigar as causas dessa vida. Porém, como nela se reflectia a observação dos fenómenos naturais, a sua imaginação simplista e a sua impotência perante as forças desconhecidas e indomáveis criaram nos indivíduos o respeito, a superstição, o medo.

O homem quando não pode vencer respeita.

Os fenómenos que primeiramente o impressionaram foram os que mais directamente lhes diziam respeito: o nascimento e a morte. Os outros só mais tarde lhes prenderam a atenção; eram objectos do seu temor e respeito mas não do seu culto.

O fenómeno da morte, porém, foi o princípio de toda a religião.

O homem, na sua múltipla qualidade de pai, amante e primogénito, tinha sobre a família uma autoridade absoluta que lhe provinha da sua superioridade física e moralmente herdada. A família rendia-lhe o preito que se rende a um superior.

Morto, esse preito transformava-se em culto que o terror sugestionava.

Era sepultado no próprio local onde a família se abrigava e a imaginação simplista daquela gente formulou, para o culto dos manes (almas) dos deuses lares (protectores) um ritual muito primitivo que estava em harmonia com essa simplicidade.

O homem enquanto novo comia, bebia, aquecia-se ao fogo; quando morto deixavam-se-lhe na sepultura alimentos e de destinados e nunca se deixava extinguir o fogo, porque julgavam que isso lhe era indispensável.

As gerações sucederam-se e a prática destes costumes por tal forma se enraizou e ampliou com superstições que se tornaram requisitos indispensáveis em todas as famílias, ou, pelo menos, naquelas que se estabeleceram na Grécia e Itália — pontos iniciais da história da humanidade.

Porém, apesar da igualdade no sistema religioso, eram independentes e até inimigos, os cultos, os deuses e as famílias. A inobservância dos preceitos religiosos, que era muito rara e mesmo assim inconsciente, importava castigos rigorosíssimos que eram aplicados pelo chefe da família — o futuro deus.

O culto dos deuses lares foi um sistema completo de religião doméstica e durou muitos séculos. A sua vigência perde-se na pré-história.

Era tal a força desse culto que quando a família se deslocava não se contentava em transportar os deuses em espírito; levava um pouco de terra da sepultura e, no novo abrigo, escolhia o local das futuras sepulturas onde era religiosamente lançada a terra da antiga. O local da sepultura era absolutamente de facto a qualquer estranho à família. Até ao olhar. Ninguém, a não ser ela, a podia ver, o dar-lhe alimento, água, olerar vítimas animais, acender-lhe e conservar-lhe o fogo. Esse local (Penates) era vedado e ninguém podia passar a vedação porque se supunha que o contacto do estranho irritava os deuses e estes deixavam de proteger a família. O ritual modificou-se sensivelmente e os alimentos deixaram de ser lançados à terra; eram colocados num altar onde ardia o fogo sagrado e aí se transformava naturalmente, supondo-se que os mortos os ingeriam.

O chefe da família era sempre o primogénito ou o agnado, que assim exercia um direito privado, pelo culto estabelecido.

A perpetuação da família era objecto de especial cuidado, mas apesar da mulher ser o elemento fecundador, era considerada um plano inferior e o chefe tinha sobre ela (como sobre toda a família) todos os poderes: o de a casar, escravizar, matar, divorciar, (quando era estéril) até, como marido, de lhe escolher sucessor, isto sempre precedido de consulta aos deuses, porque o

culto imperava sobre todas as suas acções.

O culto, sobrepondo-se à própria família, para efeitos da constituição da mesma, tornou perdurável um regime que se teria modificado mais rapidamente se assim não fôra. Mas não. Um filho ou irmão casavam? Passavam a constituir família, a ter o seu lar, os seus deuses, o seu culto. Passavam a ser estranhos.

Depois do direito natural, o culto dos deuses lares, a religião doméstica, criaram o direito privado, que foi o embrião do direito jurídico.

A família era um pequeno estado. O chefe era simultaneamente o padre nos officios religiosos, o juiz, quando era mister julgar os actos dos membros da família; o comandante, quando era preciso lutar contra estranhos, o deus, quando o seu cadáver descia à sepultura; o mentor, para em tudo dirigir os seus. O seu abrigo, onde residia com os deuses, por efeito do culto de facto a todos, sugeria a sugestão da posse pelo mesmo efeito.

Primitivamente não foi bem uma noção de propriedade; a sua posse foi uma sugestão religiosa. Posteriormente foi essa noção sugereida pelo direito privado e mais tarde pelo direito jurídico.

Se era de facto o contacto de estranhos, como deliciar essa sugestão da noção da propriedade?

Pouco a pouco, as necessidades da família alargaram a área dos Penates, deslinando espaços para moradia, templo do culto, reús, etc., e todo esse espaço estava sujeito a uma mesma defesa.

Periodicamente, até, os limites dos Penates eram percorridos pela família com o chefe à frente e a terra religiosamente aspergida com água lustral. Levantavam-se vedações ou marcos com inscrições apropriadas e a ninguém era permitido passá-las.

Era tal a irreductibilidade existente entre as famílias, por efeito do culto, que dela pode servir como exemplo a primitiva forma de casamento. Quando ele se não fazia em família, por motivo de circunstâncias diversas, não se consultavam os deuses nem se tratava oficialmente o casamento; a mulher era rapta a fim de que o ato violento desagradasse aos deuses porque daí em diante faria parte dum culto inimigo.

Esta despretensiosa dissertação histórica cuja veracidade qualquer indivíduo pode avaliar pela consulta dos livros não se destina a leccionar; serve somente para demonstrar o importante papel que a família desempenhou na constituição social. Tanto que ainda hoje se diz que ela é a base da sociedade.

Nela tiveram origem todas as instituições sociais. A igreja, a sua moral e o seu direito divino, — reminiscência correspondente do templo, da moral e do direito exercido pelo chefe da família. A propriedade e seu direito como reminiscência correspondente da posse e sua sugestão, naquele importante órgão social. O poder político, a lei escrita, o casamento, a noção da pátria, a sociabilidade, tudo se encontra embrionariamente na família.

Em essência, o direito privado estabelecido nela e exercido pelo seu chefe, era idêntico em toda a parte embora diferisse no método de aplicação conforme as regiões e os costumes.

Assim, quando as famílias puderam constituir habitações e, cada vez mais numerosas houveram necessidade de arrotear os campos, não foi igual a noção da posse destes.

Por exemplo, entre os semíticos, eslavos e germanos convencionou-se por fim que a terra seria de todos e alternadamente cultivada por esta ou aquela família que só era proprietária das colheitas; ao passo que os gregos e os italianos já tinham a noção da propriedade das terras quando entre eles ainda era usogastarem as colheitas em comum.

São variantes da evolução cujas épocas se não estabelecem ao mesmo tempo em toda a parte.

Na família, o direito privado passava imediatamente de pai para filho.

Com o decorrer do tempo as necessidades modificaram os costumes sem que a moral religiosa sofresse com isso. Assim, as famílias de sangue comum houveram necessidade de se associarem para defesa de interesses comuns e constituiram um novo agrupamento chamado gens cujo chefe eleito ou nomeado por indicação dos deuses tinha atribuições muito restritas; e o mesmo se verificou na formação das phratrias ou curias, novo agrupamento composto de gens oriundas da mesma região e com as das tribus que por sua vez comportavam duas ou mais curias.

Estes agrupamentos, cuja constituição era mais ou menos estável conforme circunstâncias eventuais, deslocavam-se frequentemente por vários motivos a que não eram estranhos as lutas, os climas, as intempéries, a sugestão religiosa, convergindo para os litórais; o Direito jurídico embrionário, nelas estabelecido, limitava-se aos pontos do pacto firmado por essa sugestão.

O direito privado não perdeu na família nenhuma das suas qualidades.

Simplemente, a sugestão religiosa que principalmente influia nesses novos agrupamentos, proveio da observação dos fenómenos naturais. O sol, a lua, o mar, etc., surpreenderam. Foi o início da mitologia. Porém a adoração do Olimpo podia ser comum às famílias com diferentes cultos aos deuses lares e por isso se pôde efectivar a sociabilidade das famílias.

Nesses agrupamentos reflectiram-se e ampliaram-se as sugestões e as noções operadas em família, desenvolvendo-se

